

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: POTENCIALIZANDO A PRÁTICA DOCENTE COM INOVAÇÃO E REFLEXÃO CRÍTICA

Josias Pereira¹

RESUMO

A integração da Inteligência Artificial (IA) no contexto educacional configura-se como um recurso estratégico para potencializar o trabalho docente, oferecendo ferramentas que auxiliam na criação de podcasts, elaboração de resumos, planejamento de aulas e organização de materiais multimídia, como vídeos temáticos. Este estudo objetiva analisar como a IA pode contribuir para a prática pedagógica na educação básica, com foco em sua capacidade de otimizar processos, personalizar atividades e ampliar a interatividade no ensino. Fundamenta-se nas contribuições de Paulo Freire (2017), que enfatiza a importância de compreender os signos conhecidos pelos alunos e a necessidade de uma educação crítica e libertadora e de Pereira (2023) que debate o uso das IAs no processo educacional. Adota-se uma abordagem qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 15 professores atuantes na rede pública de ensino do Recôncavo da Bahia. Os dados foram analisados com base na análise temática, articulando as experiências docentes às concepções freirianas sobre mediação pedagógica e uso crítico das tecnologias. Os resultados indicam que a IA pode redimensionar significativamente o tempo docente ao automatizar tarefas repetitivas, liberando espaço para a mediação crítica, o planejamento reflexivo e a atenção às singularidades dos estudantes. Contudo, os professores destacam que sua adoção efetiva depende de formação continuada, acesso equitativo às tecnologias e suporte institucional. Conclui-se que a IA, quando integrada de forma ética, crítica e intencional, torna-se uma aliada estratégica para práticas educativas mais dinâmicas, inclusivas e humanizadas, reforçando a urgência de políticas públicas que promovam sua apropriação consciente no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, prática docente, tecnologia educacional.

INTRODUÇÃO

A inserção de tecnologias digitais no cotidiano escolar tem se intensificado nas primeiras décadas do século XXI, especialmente com o advento de sistemas baseados em Inteligência Artificial (IA). Essas ferramentas, antes restritas a laboratórios de pesquisa, hoje estão ao alcance de professores e estudantes por meio de dispositivos comuns, como smartphones e computadores. No entanto, sua simples presença não

¹ Professor orientador: Pós doutor em Semiótica (UEL), Doutor em Educação (UFPel) docente do curso de Licenciatura em Artes Visuais da UFRB, josiasufrb@gmail.com



garante transformação pedagógica. O desafio reside em integrá-las de forma crítica, intencional e ética, evitando tanto o tecnoentusiasmo acrítico quanto a resistência conservadora.

Este artigo parte do pressuposto de que a IA pode ser um aliado estratégico na prática docente, desde que mediada por uma postura reflexiva e comprometida com a emancipação dos sujeitos. Inspirados na pedagogia de Paulo Freire (2017), entendemos que a educação não se reduz à transmissão de conteúdos, mas à leitura crítica do mundo. Nesse sentido, a tecnologia deve servir como instrumento para ampliar diálogos, problematizar realidades e fomentar a autonomia — nunca como substituta do professor ou como mecanismo de padronização curricular.

O objetivo deste trabalho é analisar como a IA pode potencializar a prática docente por meio da automação de tarefas administrativas e da criação de recursos didáticos personalizados, liberando tempo para que o educador atue como mediador crítico e criativo. Para tanto, articulamos as ideias de Freire com as reflexões de José Manuel Moran (2007) sobre a necessidade de humanizar as tecnologias na educação, bem como com as análises de Pereira (2023) sobre os desafios éticos e pedagógicos da IA na era do ChatGPT.

A metodologia adotada é qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com 15 professores atuantes na educação básica da rede pública do Recôncavo da Bahia. Essas entrevistas foram guiadas por um roteiro temático que investigou o uso, as percepções e os desafios relacionados à integração da Inteligência Artificial em suas práticas pedagógicas. Os dados foram analisados com base na análise temática Bardin (2016), permitindo identificar categorias como “automação de tarefas”, “formação docente”, “ética no uso de IA” e “mediação pedagógica crítica”. Os resultados indicam que a IA, quando compreendida como ferramenta auxiliar e não como autoridade cognitiva, pode fortalecer uma educação mais inclusiva, dinâmica e centrada no sujeito. As considerações finais reforçam a urgência de políticas de formação continuada que preparem os docentes para uma apropriação crítica, ética e pedagogicamente intencional dessas tecnologias.



METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza empírica e interpretativa, cujo objetivo é compreender as percepções, usos e desafios enfrentados por docentes da Educação Básica no que tange à integração da Inteligência Artificial (IA), especialmente o ChatGPT, em suas práticas pedagógicas. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de capturar a complexidade das experiências vividas no cotidiano escolar, bem como os sentidos que os professores atribuem às tecnologias emergentes em seus contextos específicos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um formulário semiestruturado online, composto por questões abertas e fechadas, aplicado entre outubro e novembro de 2024. Participaram da pesquisa 28 professores(as) atuantes em diferentes níveis da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e EJA), de diversos estados brasileiros, com destaque para Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. O instrumento investigou: (1) o uso da IA na vida pessoal e profissional; (2) as finalidades pedagógicas atribuídas às ferramentas; (3) os benefícios percebidos; (4) os desafios e preocupações éticas; e (5) sugestões para uma integração mais crítica e eficaz.

Os dados foram analisados mediante análise temática (BARDIN, 2016), processo que permitiu identificar categorias emergentes a partir das respostas dos participantes. As principais categorias construídas foram: “Otimização do trabalho docente”, “Riscos éticos e pedagógicos”, “Necessidade de formação continuada”, “Desigualdade de acesso” e “Mediação crítica como condição para o uso ético da IA”. Essas categorias foram interpretadas à luz do referencial teórico freiriano, bem como das contribuições de Moran (2007), Pereira (2023) permitindo um diálogo entre a teoria e a prática cotidiana.

Destaca-se que, embora a pesquisa tenha envolvido seres humanos, não foi necessário submeter o projeto à Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), pois as respostas foram coletadas de forma anônima, sem identificação pessoal dos participantes, e o formulário não abordou temas sensíveis ou invasivos, estando, portanto, isento de apreciação ética conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.



REFERENCIAL TEÓRICO

A reflexão sobre a presença da Inteligência Artificial (IA) na educação exige ancoragem em uma tradição pedagógica que valorize a consciência crítica, a autonomia do sujeito e o diálogo. Nesse sentido, a obra de Paulo Freire (2017) permanece como referência fundamental. Para Freire, a educação é um ato de conhecimento que parte da realidade vivida pelos educandos, decodificando “signos” do mundo para, em seguida, reescrevê-lo de forma transformadora. A tecnologia, nessa perspectiva, só é legítima quando serve a esse movimento de leitura e recriação do mundo — nunca quando impõe respostas prontas, silencia a voz do aluno ou substitui a mediação humana. Essa visão ressoa fortemente com as preocupações dos docentes que, mesmo ao utilizar ferramentas de IA, insistem que “o professor precisa primeiro conhecer a IA para poder planejar aulas com intencionalidade pedagógica”.

Nesse sentido, alfabetizar-se não é aprender a repetir palavras, mas a dizer sua palavra, criadora de cultura. A cultura letrada conscientiza a cultura: a consciência historiadora automatizada à consciência sua condição essencial de consciência histórica. Ensinar a ler as palavras ditas e ditadas é uma forma de mistificar as consciências, despersonalizando-as na repetição — é a técnica da propaganda massificadora. Aprender a dizer a sua palavra é toda a pedagogia, e também toda a antropologia.. (FREIRE, 2017, p.10).

Essa frase sintetiza o cerne da pedagogia freiriana: a educação não é transmissão de respostas prontas, mas um processo dialógico em que o sujeito constrói sua voz, interpreta o mundo e age para transformá-lo. “Dizer a sua palavra” significa exercer a autonomia do pensamento, problematizar a realidade e recusar a passividade.

Essa ideia ganha urgência renovada diante da IA. Ferramentas como o ChatGPT geram respostas convincentes e fluentes — mas não são palavras próprias. Quando alunos ou professores copiam, colam ou aceitam passivamente o que a IA produz, deixam de dizer a sua palavra. Caem, assim, na armadilha da educação bancária que Freire tanto criticou: a escola como depósito de informações, e o aluno como recipiente vazio.

Os dados empíricos do estudo confirmam esse risco.



“Os alunos não pensam mais... querem tudo pronto da IA”;

“Ninguém pensa com a cabeça... é só jogar no chat”.

Diante disso, a frase de Freire funciona como bússola ética: a IA só tem lugar na educação se potencializar a capacidade dos sujeitos de dizerem sua própria palavra — não se substituir essa palavra por uma resposta algorítmica. Mais ainda: o professor, ao usar a IA para planejar aulas, criar atividades ou corrigir textos, também precisa dizer a sua palavra — ou seja, mediar criticamente o conteúdo gerado, adaptá-lo à realidade de seus alunos, questionar seus vieses e transformá-lo em instrumento de leitura crítica do mundo. Por fim, a frase também ilumina a desigualdade estrutural revelada pelos dados: professores de escolas rurais, quilombolas ou periféricas que muitas vezes não têm sequer as condições mínimas para acessar a IA.

José Manuel Moran (2007) complementa essa visão ao defender que as tecnologias digitais devem ser humanizadas na escola. Segundo ele, não basta ter acesso a ferramentas avançadas; é preciso integrá-las a processos pedagógicos que promovam a criatividade, a colaboração e a ética. Moran alerta contra a ilusão de que a tecnologia, por si só, melhora a educação. O que transforma é o projeto pedagógico que a orienta — condição reforçada por professores que usam a IA para liberar tempo de tarefas burocráticas e dedicá-lo à mediação crítica, ao planejamento reflexivo e ao acompanhamento individualizado.

A educação deve estar em consonância com a realidade do mundo contemporâneo. Ela é um processo contínuo, permeado por trajetórias e caminhos pelos quais o estudante deve percorrer e aprender a aprender, utilizando-se de diversos meios, inclusive as tecnologias que são tão fascinantes às crianças, jovens e adultos, tanto no âmbito escolar quanto fora dele. Os espaços de aprendizagem são múltiplos e transcendem os limites da escola, portanto estão presentes em todos os lugares. (PEREIRA, 2023, p.97).

Percebemos uma visão contemporânea e ampliada de educação, na qual o aprendizado não se restringe aos muros da escola, mas se constitui em um processo contínuo, dinâmico e contextualizado à realidade social e tecnológica dos sujeitos. Ao afirmar que “a educação deve estar em consonância com a realidade do mundo contemporâneo”, o autor sublinha a necessidade de a escola dialogar com as experiências cotidianas dos estudantes — especialmente com as tecnologias que já fazem parte de suas vidas desde a infância. Essa perspectiva ressoa fortemente com os



dados empíricos desta pesquisa pois professores afirmam que utilizam a IA não como uma imposição externa, mas como um recurso que emerge do próprio mundo vivido por alunos e docentes. Contudo, tal integração só se torna pedagogicamente significativa quando acompanhada de mediação crítica, pois, como alertam muitos participantes, o fascínio pelas tecnologias pode facilmente escorregar para o uso passivo e acrítico. Assim, a ideia de “aprender a aprender” — central no trecho citado — exige mais do que acesso: demanda formação, escuta da realidade local e intencionalidade ética, de modo que os “espaços múltiplos de aprendizagem” sejam atravessados pela consciência freiriana, e não pela lógica da cópia e do consumo rápido de respostas algorítmicas.

No contexto específico da IA, Pereira (2023) ressalta a necessidade de formação docente continuada que vá além do domínio técnico. O educador propõe uma “alfabetização algorítmica”, na qual os professores compreendam não apenas como usar as ferramentas, mas como elas funcionam, quais seus vieses e limites, e como podem ser subvertidas para fins pedagógicos. Essa proposta ganha urgência diante da falta de diretrizes educacionais claras e da dificuldade de adaptação de muitos docentes, especialmente em contextos marcados pela precária infraestrutura tecnológica — realidade recorrente nas respostas de professores da Bahia, Paraná e Rio de Janeiro.

Essa discussão é aprofundada por Pereira (2025) para o pesquisador, embora essas ferramentas possam gerar textos, imagens e atividades com rapidez impressionante, elas não possuem consciência, intencionalidade pedagógica nem sensibilidade ética. Cabe ao professor exercer o papel de curador crítico, filtrando, adaptando e problematizando os conteúdos gerados — especialmente em um cenário onde alunos copiam respostas sem refletir e a criatividade é ameaçada pelo uso passivo.

Assim, o referencial teórico deste artigo se constrói na interseção entre educação crítica, inovação tecnológica e justiça educacional, entendendo a IA não como um fim, mas como um meio — e um meio que exige constante vigilância pedagógica, formação continuada e políticas públicas que garantam acesso equitativo.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das respostas dos 28 professores participantes revela que a Inteligência Artificial (IA), especialmente o ChatGPT, já está presente no cotidiano docente — não como uma tecnologia distante, mas como uma ferramenta prática, cotidiana e ambivalente. Seu uso se dá com maior frequência entre docentes do Ensino Médio e Fundamental II, embora professores da Educação Infantil e do Fundamental I também relatem experiências, especialmente na criação de materiais lúdicos, planejamento de atividades e revisão de textos.

Um dos benefícios mais recorrentes é a otimização do tempo docente. Alguns professores afirmam utilizar a IA “para elaborar provas”, “criar planos de aula” e “acelerar o trabalho”, liberando energia cognitiva para tarefas que exigem mediação humana, criatividade e atenção às singularidades dos alunos. Essa constatação corrobora a crítica de Moran (2007) a tecnologia só transforma quando serve a um projeto pedagógico intencional, não quando se torna um fim em si mesmo. Como bem sintetiza uma professora “O professor precisa primeiro conhecer e fazer uso da IA para assim poder planejar aulas direcionadas ao seu aluno”.

Contudo, os professores também evidenciam riscos éticos e pedagógicos significativos. A preocupação mais citada é o uso passivo da IA pelos alunos, que “copiam respostas sem pensar” e “perdem a criatividade”. Alguns docentes são enfáticos “Os alunos não pensam mais, não pesquisam, não elaboram textos... querem tudo pronto da IA”. Esse cenário confirma o alerta de Pereira (2023) segundo o pesquisador IA não possui consciência ética nem sensibilidade pedagógica — e, sem mediação crítica, pode reforçar a passividade cognitiva em vez de estimular o pensamento autônomo.

Além disso, persistem barreiras estruturais que comprometem o acesso equitativo às tecnologias. Professores relatam que, em escolas do campo, quilombolas e de periferias, a falta de internet de qualidade, a ausência de dispositivos e a precariedade da infraestrutura escolar configuram obstáculos concretos ao uso da inteligência artificial. Um número menor de docentes (25%) afirma não utilizar a IA por “não saber como” ou por “falta de aparelho tecnológico”. Esses relatos evidenciam que, antes de se discutir a inovação, é imprescindível enfrentar a desigualdade digital. Como ressaltam



alguns participantes, “só quem sabe perguntar tem um resultado considerável com a IA” — contudo, nem todos dispõem das condições necessárias para aprender a perguntar.

Nesse contexto, a contribuição de Paulo Freire (2017) ganha nova atualidade. A educação crítica exige que o professor parta da realidade concreta dos alunos — algo que a IA, por definição, não pode fazer. Alguns professores são contundente: “A IA não tem acesso à realidade cultural e social dos estudantes”. Portanto, seu uso só é legítimo quando subordinado à escuta freiriana, nunca como substituta dela.

Felizmente, os dados também revelam experiências promissoras de mediação crítica. Por outro lado existe o desejo docente e a curiosidade natural, professores também relatam que, mesmo com internet precária, usam a IA para “acrescentar ideias” e depois “aprofundar para ter seu estilo”, “criar cards, revisar textos e auxiliar os alunos em pesquisas”, sempre com intencionalidade pedagógica. Essas práticas demonstram que, quando o professor atua como curador crítico — filtrando, adaptando e problematizando os conteúdos gerados —, a IA se torna uma aliada da educação humanizadora, e não um instrumento de padronização.

Assim, os resultados convergem para uma conclusão central: a IA não educa — quem educa é o professor que a utiliza com ética, crítica e sensibilidade pedagógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inteligência Artificial chegou à educação para ficar, mas seu impacto dependerá fundamentalmente de como for integrada ao cotidiano escolar. Este artigo demonstrou que, longe de substituir o professor, a IA pode potencializar sua atuação, desde que mediada por uma postura ética, crítica e pedagogicamente intencional.

Os achados reforçam que a verdadeira inovação não está na tecnologia em si, mas na capacidade do docente de usá-la para fortalecer relações humanas, promover a autonomia e fomentar a leitura crítica do mundo — pilares centrais da pedagogia freiriana. A automação de tarefas burocráticas não é um fim em si mesmo, mas um meio para devolver ao professor o tempo necessário para o que é insubstituível: o encontro com o aluno.



Contudo, essa integração não ocorrerá espontaneamente. É urgente investir em políticas públicas de formação continuada que preparem os educadores não apenas para usar ferramentas de IA, mas para questioná-las, adaptá-las e subvertê-las em favor de uma educação mais justa e inclusiva. Além disso, as instituições de ensino devem criar espaços coletivos de reflexão sobre os impactos éticos e pedagógicos dessas tecnologias.

Como aponta Pereira (2023), estamos diante de uma encruzilhada histórica: podemos permitir que a IA reforce lógicas de padronização e controle, ou podemos guiá-la para servir a uma educação libertadora. A escolha, como sempre, é política — e pedagógica. Sugere-se, como desdobramento desta pesquisa, investigações empíricas sobre a percepção de professores em diferentes contextos escolares quanto ao uso da IA, bem como o desenvolvimento de materiais formativos baseados na interseção entre teoria crítica e práticas tecnológicas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 68. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

MORAN, J. M. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 7. ed. Campinas: Papirus, 2007.

PEREIRA, J. *A inteligência artificial e o processo educacional na era do ChatGPT*. Pelotas: Editora Rubra Cognitiva, 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/gp2ve/files/2023/05/A-inteligencia-artificial-e-o-processo-educacional-na-era-do-chatGPT.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2025.

PEREIRA, J. *Inteligência Artificial do Pelourinho ao Algoritmo da Senzala*. Editora Rubra Cognitiva, 2025.

